

## Resenha

### **AVRITZER, Leonardo. *Política e antipolítica: a crise do governo Bolsonaro. São Paulo: Todavia, 2020.***

Vitor Gonçalves Dias  
*Universidade Federal de Pelotas*

O último livro de Leonardo Avritzer, referência nacional e internacional da Ciência Política brasileira, trata de analisar a forma bolsanorista de governar o Brasil a partir de 2019, em meio às crises econômica, política, institucional e sanitária.

Inicialmente, vale mencionar a ascensão de lideranças políticas consideradas como *outsiders* em nível nacional e global nos últimos anos. Muitas possuem como características principais o perfil carismático e populista, sem experiência política prévia e trânsito no *establishment* político. Com isso, muitos *outsiders* ganharam notoriedade no cenário político por se tratarem de empresários, apresentadores de televisão e celebridades em geral. Mas, nos últimos anos, até mesmo políticos experientes passaram a se autodenominar a representação da mudança e da ruptura com a ordem estabelecida. Segundo Nobre (2020, p. 55), “como todo *outsider* de sucesso, Bolsonaro sempre age como se estivesse permanentemente encurralado, embora seja o presidente”. Já os autores Levitsky e Ziblat (2018, p. 26) afirmam que “se surge um *outsider* carismático, ganhando popularidade ao desafiar a velha ordem, é tentador para os políticos do *establishment*, que percebem que seu controle está se desfazendo, buscar cooptá-lo”.

Como exemplos de *outsiders* figuram o ex-presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e o Governador do Estado de São Paulo, João Dória (PSDB), dois empresários de sucesso que se aventuraram na política partidária. Nas eleições presidenciais de 2018 no Brasil, por exemplo, candidatos considerados *outsiders* disputaram o pleito, tais como João Amoêdo<sup>1</sup> e, apesar de sua longa carreira como representante político, o atual presidente do Brasil, Jair Bolsonaro<sup>2</sup>. Também foi cogitada a candidatura do apresentador da Rede Globo, Luciano Huck<sup>3</sup>. Em geral, lideranças *outsiders* associadas à extrema-direita do espectro ideológico possuem traços autoritários e/ou conservadores, perseguem a imprensa, negam a ciência, contestam o resultado das eleições democráticas e, sobretudo, autodeclaram-se como expressão da “nova política”.

O livro de Avritzer se divide em Introdução e cinco Atos, correspondentes aos capítulos: Ato I - Coronavírus, sistema de saúde e crise política; Ato II - A antipolítica na crise: Da Lava Jato à disputa

---

<sup>1</sup> Banqueiro, investidor e empresário, foi o fundador do Partido Novo, onde ingressou na política partidária.

<sup>2</sup> Eleito pelo PSL, atualmente está sem partido político.

<sup>3</sup> Luciano Huck é considerado um *outsider* por ser apresentador de televisão, empresário e não possuir histórico político. Foi procurado na época pelos partidos PPS e Democratas para disputar as eleições presidenciais, o que acabou não ocorrendo.

entre Bolsonaro e Moro; Ato III - Militares, bolsonarismo e crise política; Ato IV - A reconstrução do centro democrático?; e Ato V - Equilíbrio catastrófico: A formação do pós-bolsonarismo.

No Ato I, o autor enfatiza a importância do Sistema Único de Saúde (SUS) para a saúde dos brasileiros como uma política de inclusão social reconhecida mundialmente. Com a chegada da pandemia do Coronavírus no Brasil, esta política ganhou destaque nacional no combate ao vírus e esteve presente como pauta nos diversos meios de comunicação. Nesta seção, o livro traz os três problemas enfrentados pelo governo Bolsonaro com a chegada da pandemia da Covid-19 que foram: a) a imediata incorporação da ciência pela opinião pública e pela grande mídia, com diversos cientistas e professores cotidianamente aparecendo nos principais telejornais do Brasil discorrendo sobre o novo vírus; b) a contestação por parte de parcela significativa da classe média quanto às postagens anticientíficas e negacionistas do presidente Bolsonaro nas redes sociais, assim como o aumento da aprovação do então Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta (DEM), no que se refere às estratégias de combate ao Coronavírus; c) a posição da corporação médica que começou a contrapor os argumentos negacionistas do presidente Bolsonaro em relação às questões científicas da pandemia (p. 19-20). Apresenta ainda, de forma breve, a passagem do ex-ministro Nelson Teich na pasta da Saúde, demitido depois da defesa do presidente Bolsonaro pela utilização da cloroquina para o tratamento da Covid-19, não obstante a ausência de comprovação científica de sua eficácia. Neste capítulo também é demonstrada a conturbada relação entre os Ministros da Saúde e o presidente Bolsonaro<sup>4</sup>, além de seu descaso no enfrentamento da pandemia, com a utilização de discursos obscurantistas, negacionistas e relativistas em relação à gravidade da situação.

No Ato II, Avritzer analisa a antipolítica nascida principalmente na luta anticorrupção capitaneada pela Operação Lava Jato, mencionando a ascensão do ex-juiz Federal Sergio Moro em sua luta de “combate” à corrupção. Esta antipolítica é caracterizada por rechaçar toda e qualquer forma de negociação, coalizão política e respeito aos adversários. Menciona que essa lógica está arraigada em dois elementos centrais: o punitivismo jurídico e a substituição do governo por uma concepção moral de política com a chancela da justiça. Relata a saída do ex-ministro Sergio Moro da pasta da Justiça e Segurança Pública e os conflitos/consequências que este evento causou ao governo bolsonarista.

Em relação ao Ato III, o autor destaca a participação dos militares no governo Bolsonaro fazendo uma digressão histórica que perpassa o tenentismo<sup>5</sup>, o golpe civil-militar de 1964 e a participação dos militares na política brasileira. Também, realiza uma crítica sobre a presença dos militares na política brasileira que, ao sair do governo em 1985 pós-ditadura civil-militar, foi associada ao mito ficcional de eficiência, legitimidade na repressão e ausência de corrupção. Ao final do período autoritário, os militares negociaram o retorno provisório aos quartéis e mantiveram um enorme aparato de benefícios corporativos. O autor destaca também o protagonismo dos militares ainda durante a elaboração da Constituição de 1988. Mas, foi em 2018 que as Forças Armadas reiniciaram sua participação no cenário político nacional, quer seja pela intervenção federal no Estado

---

<sup>4</sup> Crise que atualmente permanece.

<sup>5</sup> “Na segunda metade do século XX o tenentismo, como o nome explicita, é um movimento de oficiais de baixa patente revoltados com a situação do país e que achavam desejável que os militares se envolvessem na política” (p. 34).

do Rio de Janeiro<sup>6</sup>, quer seja por decretos arbitrários expedidos pelo Congresso Nacional<sup>7</sup>. E, principalmente, pela composição na cúpula do primeiro escalão do Governo Federal do então presidente do Brasil, Jair Bolsonaro.

Já no Ato IV, o autor ressalta o julgamento do sistema político por via moral, no qual sem observar os resultados que este produziu em termos de políticas, é aceito e, por vezes, absorvido pela opinião pública, pela grande mídia e por muitos intelectuais, sem perceber que sustentar tal posição implica em aceitar elementos da antipolítica – o que segundo o autor é um grande equívoco. Outrossim, analisa a razão pela qual ainda não aceitaram os pedidos de *impeachment* contra o presidente Bolsonaro. Sobre isso, o autor explica que o então presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM), não desencavetou nenhum processo para ser analisado sobre *impeachment* do presidente Bolsonaro, já que as forças econômicas ainda estavam satisfeitas com as políticas neoliberais propostas e implementadas pelo seu governo. Ainda, sua popularidade havia aumentado, devido ao pagamento de 600 reais do auxílio emergencial às pessoas principalmente dos setores informais (p. 41-45). Nesta seção, Avritzer menciona a aproximação do presidente Bolsonaro ao núcleo político fisiológico chamado de “centrão” para tentar impedir, caso chegasse à Câmara dos Deputados, seu processo de *impeachment*.

No quinto Ato, o livro apresenta os principais grupos de apoiadores ao governo Bolsonaro: classe média, advogados, juízes, procuradores, além de pessoas ligadas ao conservadorismo moral e ideológico. Cita como pertencentes a este grupo os “olavistas”<sup>8</sup>, pessoas que não acreditam na ciência, mas acreditam na existência real e difundida do comunismo. Defende a tese do equilíbrio que se apresenta na opinião pública da seguinte maneira: aumenta a rejeição ao governo Bolsonaro, porém mantém índices de aprovação similares aos que ele tinha em dezembro de 2019. Em paralelo, aumenta a aprovação do Supremo Tribunal Federal (STF) e diminui a rejeição ao Congresso Nacional. Este equilíbrio considerado pelo autor como precário, pode levar para alguns caminhos distintos, tal como uma saída “cesarista” que aposta nas Forças Armadas. Ou seja, apela-se para um líder militar ou até mesmo para a própria corporação, tentando intervir nas ações dos sujeitos políticos e assim estabelecer um novo equilíbrio entre os interesses gerais e a reorganização do Estado. O “cesarismo” seria uma opção intermediária entre a democracia e a ditadura. Outra saída encontraria-se na remoção do presidente por via judicial que transferisse a disputa para o campo criminal. Mas, o entendimento do autor é a de que sem o apoio do Congresso Nacional e das forças democráticas de rua, dificilmente o movimento político que visa o *impeachment* do presidente Bolsonaro ocorreria ou teria sucesso. O autor aposta na união entre o centro, a esquerda e alguns movimentos alternativos como os “Somos 70%”, “Estamos Juntos” e o “Basta” na tentativa de união das forças democráticas. Para ele, o importante é que essas forças democráticas se reconciliem.

---

<sup>6</sup> “[...] A intervenção federal no estado do Rio de Janeiro, decretada em 16 de fevereiro de 2018. Ali apareceram todos os ingredientes da ordem civil/militar em formação no Brasil, desde a forma como a população de baixa renda foi policiada até a cumplicidade e desresponsabilização em relação ao assassinato da vereadora Marielle Franco” (p. 36).

<sup>7</sup> “[...] o pedido de Rodrigo Maia, presidente da Câmara, para que houvesse mais segurança na Esplanada dos Ministérios durante um conjunto de manifestações públicas e conflitos dentro do Congresso ocorridos em maio de 2017. Em resposta ao pedido de Maia por mais segurança, foi decretada uma operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO). O pedido foi negado por Maia em seguida, afirmando que sua demanda ao governo tinha sido por apoio da Força Nacional, não por uma GLO: ‘Se o governo encaminhou algo maior, aí é uma posição do governo’. Aqui se colocam os riscos trazidos pelo texto constitucional” (p. 36).

<sup>8</sup> Faz parte deste segmento os seguidores do “olavismo”, no qual seu ideólogo, Olavo de Carvalho (brasileiro residente nos Estados Unidos), difunde a fantasia de um comunismo global que pretende implementar uma ditadura real.

Embora a obra tenha uma abordagem sucinta e conjuntural do tema, não traz prejuízo para a compreensão do seu conteúdo. Pelo contrário, traz elementos reflexivos e categorias que merecem destaques, tais como: a) os dados da consultoria Bites que mostram uma queda de popularidade tanto do presidente Bolsonaro quanto de seus filhos, já que somente após dois dias da saída do ex-ministro da Justiça e Segurança Pública Sergio Moro (24/04/2020) perderam milhares de seguidores em suas redes sociais, enquanto o ex-ministro ganhou outros tantos; b) a fatídica e desastrosa reunião ministerial que ocorreu em 22 de abril de 2020 que mostra o descaso de toda a cúpula do Governo Federal em enfrentar a pandemia da Covid-19; c) a ideia de corrupção operante no Brasil, a qual introduz um sentido moral dos “limpos” contra os “impuros” associada a um justiceiro incansável ao combate desse processo de degradação social, o ex-juiz Sergio Moro; d) o “exército de ratificadores” do presidente Bolsonaro que apoia acriticamente qualquer que seja sua posição e ataca aqueles que são contrários às mesmas, utilizando-se de *fake news* e do “gabinete do ódio” do presidente para constranger seus opositores; e) a aprovação, por parte de seu eleitorado, pela falta de equilíbrio entre os poderes estimulada por Bolsonaro e associada a sua postura antipolítica que se propagou no Brasil, segundo a qual quanto menos político Bolsonaro for, maiores serão as chances de ele governar.

O presidente Bolsonaro no dia 27 de março de 2020 afirmou que com esta pandemia “Alguns vão morrer? Vão, ué, lamento. Essa é a vida”. Mas quem são estes alguns? Certamente, são os mais vulneráveis que dependem do SUS e que não possuem saneamento básico, formas de realizar o isolamento social e condições sanitárias adequadas. Como uma família com muitos integrantes vivendo em uma mesma moradia poderão fazer o isolamento social? Como as pessoas que vivem sem água potável para beber poderão higienizar suas mãos com frequência? Diversas vezes, Bolsonaro negou a gravidade da pandemia, estimulou aglomerações, não utilizou máscaras, desacreditou as formas de combate recomendadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), boicotou o funcionamento do Ministério da Saúde, deixando-o sem ministro em plena pandemia. Com isso, o governo Bolsonaro atua na escolha de quem vai sobreviver e quem vai morrer, lógica descrita por Achille Mbembe em seu ensaio *Necropolítica* (2018). Além disso, o presidente não havia demonstrado ainda qualquer tipo de empatia com as famílias dos milhares de mortos no Brasil por Covid-19.

A obra ainda menciona alguns autores e pensadores que complementam as reflexões acerca das temáticas propostas pelo autor. Dentre eles, Antonio Gramsci, Hannah Arendt, Norberto Bobbio e Max Weber. Gramsci apresenta a categoria de “equilíbrio catastrófico” que talvez sirva para ilustrar o Brasil da crise do Coronavírus. A obra ainda menciona a transformação de utopias em formas de ação totalitária que é um tema já abordado por diferentes autores, como Hannah Arendt. Além disso, mobiliza a já mencionada categoria de “cesarismo” que, segundo Bobbio, é “um poder forte que [sabe] desvincular-se dos interesses dos grupos e dos indivíduos e aliar-se estreitamente ao Exército” (p. 49.). Outro autor clássico utilizado é Max Weber, para quem “[...] em época de crise profunda os líderes políticos precisam mostrar três qualidades: paixão, responsabilidade e proporção” (p. 55). Não falta paixão à reação de Bolsonaro à crise. Porém, o tipo de paixão que o presidente emprega nas questões relacionadas à crise é a paixão da lógica amigo *versus* inimigo, da destruição do outro. No entanto, se sobra paixão na forma de ação do bolsonarismo, faltam responsabilidade e proporção.

Finalmente, o livro é direcionado a cientistas sociais e a todas as pessoas que buscam entender a conturbada e atual crise política brasileira. Torna-se necessário para compreender a conjuntura política nacional, os tantos retrocessos nos últimos anos e as constantes ameaças à democracia pelo

extremismo de dentro do próprio Governo Federal. Contudo, apesar de o autor apontar a união das forças democráticas como saída para o autoritarismo bolsonarista, não descarta a possibilidade da participação de sujeitos políticos oportunistas nos movimentos de oposição e união contra Bolsonaro.

### **Referências**

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

NOBRE, Marcos. *Ponto-final: A guerra de Bolsonaro contra a democracia*. São Paulo: Todavia, 2020.

*Resenha recebida em: Dezembro/2020*

*Resenha aprovada em: Março/2021*

**Vitor Gonçalves Dias** (vitor\_furg@hotmail.com) é Doutorando em Ciência Política na Universidade Federal de Pelotas.